



2 ENTRE O “ILUSTRADO” E O “INTELECTUAL PURO”: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS VIRTUALIDADES E LIMITES DO MODELO BOURDIANO DE CAMPO PARA ANALISAR A PRIMEIRA GERAÇÃO MODERNISTA DE MINAS GERAIS

JOÃO IVO DUARTE GUIMARÃES*

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Bolsista do CNPq.

Resumo: O presente artigo explora as virtualidades e limitações do conceito de “campo literário”, de Pierre Bourdieu, para analisar grupos de escritores e intelectuais situados em sociedades periféricas. Trata-se de problematizar a pertinência desse conceito para interpretar o significado do movimento modernista em Minas Gerais. Nesse sentido, com vistas a recuperar a “feição própria” do modernismo mineiro, procuro reconstruir o espaço social de Belo Horizonte nos anos 20 e 30, a fim de que se possa avaliar tanto a atuação modernizante dos rapazes dados às letras na provinciana capital do estado, quanto os traços neles deixados por esta mesma sociedade provinciana em cujo interior buscavam respirar.
Palavras-chave: campo literário; Pierre Bourdieu; escritores; sociedades periféricas; modernismo mineiro.

Abstract: This article explores the potentialities and limitations of the concept of “literary field” by Pierre Bourdieu to analyze groups of writers and intellectuals in peripheral societies. The point is the relevance of this concept to interpret the meaning of the modernist movement in Minas Gerais. In this sense, in order to bring back the meaning of the “modernismo mineiro”, I try rebuilding the social space of Belo Horizonte in the 20s and 30s in order to be able to assess both the modernizing role of boys given to letters in the provincial capital state, as the traces left on them by the same provincial society within which sought to breathe.
Keywords: literary field; Pierre Bourdieu; writers; peripheral societies; modernism in Minas Gerais.



Modernismo Mineiro: fruta paulista?

Em julho de 1925, Belo Horizonte, a ainda provinciana capital de Minas Gerais, testemunhava o aparecimento de uma revista modernista dirigida por um grupo de jovens intelectuais que se formara no início daquela década. Intitulava-se *A Revista* e estampava logo nas primeiras páginas um manifesto contendo a linha editorial da publicação:

O programa desta revista não pode necessariamente afastar-se da linha estrutural de todos os programas. Resume-se numa palavra: Ação. Ação quer dizer vibração, luta, esforço construtor, vida. Resta cumpri-lo, e com lealdade o confessamos: começam aqui as dificuldades. Supõe-se que ainda não estamos suficientemente aparelhados para manter uma revista de cultura, ou mesmo um simples semanário de bonecos cinematográficos: falta-nos desde a tipografia até o leitor. Quanto a escritores, oh! isso temos de sobra. (Assim Deus Nosso Senhor mandasse uma epidemia que os reduzisse à metade!) Desta sorte, um injustificável desânimo faz de Belo Horizonte a mais paradoxal das cidades: centro de estudos, ela não comporta um mensário de estudos. E se reponta, aqui e ali, uma tentativa nesse sentido, o coro dos cidadãos experimentados e céticos exclama: “Qual! É tolice... A ideia não vinga.” E como, de fato, a ideia não vinga, o ceticismo astucioso e estéril vai comprar a sua “Revista do Brasil”, que é de S. Paulo, e, por isso, deve ser profundamente interessante... (“Para os Céticos”, *A REVISTA*, 1978, p. 11)

O editorial, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, começava nesse tom debochado e prosseguia informando as linhas

de ação da revista: “Ação intensiva em todos os campos: na literatura, na arte e na política. Somos pela renovação intelectual do Brasil, renovação que se tornou um imperativo categórico.” (Op. cit., p. 12) Renovação, de um lado, “saneamento da tradição”, do outro: logo de saída, o grupo modernista mineiro declarava seu compromisso com a tradição literária e artística de Minas e do Brasil. O jovem Drummond informava ainda que a revista funcionaria também como “um órgão político.” (Op. cit., p. 12) Falando em nome dos letrados que dirigiam e colaboravam com a publicação, ele explicava que os interesses do grupo não eram apenas literários, mas também sociais, expressando o desejo dos jovens letrados mineiros de participarem do processo político.

Nascidos na República, assistimos ao espetáculo cotidiano e pungente das desordens intestinas, ao longo das quais se desenha, nítida e perturbadora, em nosso horizonte social, uma tremenda crise de autoridade. No Brasil, ninguém quer obedecer. Um criticismo unilateral domina tanto nas chamadas elites culturais como nas classes populares. Há mil pastores para uma só ovelha. (...) Contra esse opressivo estado de coisas é que a mocidade brasileira procura e deve reagir, utilizando as suas puras reservas de espírito e coração. Ao Brasil desorientado e nevrótico de até agora, oponhamos o Brasil laborioso e prudente que a civilização está a exigir de nós. Sem vacilação, como sem ostentação. É uma obra de refinamento interior, que só os meios pacíficos do jornal, da tribuna e da cátedra poderão veicular. Depois da destruição do jugo colonial e do jugo escravagista, e do advento da forma republicana, parecia que nada mais havia a fazer senão cruzar os braços. Engano. Resta-nos



humanizar o Brasil. (“Para os Céticos”, *A REVISTA*, 1978, p. 12-13)

O grupo que estava à frente da revista modernista de Belo Horizonte era fruto de um esforço de modernização regional que datava dos primeiros anos republicanos. Trata-se de uma geração que teve sua formação iniciada nas cidades do interior do estado e concluída nas faculdades fundadas em Belo Horizonte nos decênios anteriores. Nos anos 1930 e 1940, a fração de escritores que compunha essa geração de intelectuais mineiros, uma vez reconvertida ao modernismo, publicaria obras que, segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, junto com aquelas dos outros escritores provenientes da periferia da nossa república das letras (os romancistas do Nordeste, do Sul), seriam responsáveis pelo “deslocamento do centro da produção literária, que migra das capitais para outras regiões do país” (ARRUDA, 2011, p. 192), “deslocamento” entendido não meramente no sentido geográfico, afinal as principais casas editoras e instâncias de consagração continuavam no eixo Rio-São Paulo, mas a entrada no jogo desses “escritores de província” *deslocou* realmente o eixo em torno do qual gravitava o debate estético nos anos 20.

A minha pesquisa de doutorado, em andamento, concentra-se nessa geração de intelectuais mineiros que se congregaram nos anos 20, na provinciana Belo Horizonte de então, e nas duas décadas seguintes se entregariam de corpo e alma a um trabalho de *construção institucional* que mudaria definitivamente a feição da cultura nacional. Trata-se de uma geração de intelectuais mineiros

que, segundo Pedro Nava, um dos seus integrantes, “vieram a fazer parte do pensamento, da *intelligentsia*, da literatura, da política e da administração do Brasil contemporâneo.” (“Recado de uma geração”, *A REVISTA*, 1978, p. 1)

Ao lado dessa atuação no campo das políticas culturais e educacionais, uma fração desse grupo de intelectuais teve fôlego para produzir uma obra literária que alteraria o nosso espaço literário, integrando-se definitivamente ao panteão nacional. Carlos Drummond de Andrade na poesia e na crônica, Emílio Moura, na poesia e na crítica, João Alphonsus, cujo conto “Galinha cega” consta em qualquer antologia de contos brasileiros que mereça esse nome, autor de inúmeros outros contos e de dois romances ambientados em BH, e Cyro dos Anjos, cujo romance de estreia, *O amanuense Belmiro*, figura entre os clássicos do gênero. O que hoje nos causa certo espanto é que todos eles tiveram “destinos mistos”¹, conciliando a atividade literária com a prestação de serviços político-burocráticos, escrevendo, conforme Cyro dos Anjos, pareceres, relatórios e discursos “cacetíssimos” ao lado de romances, poemas, contos e crônicas que nos arrebatam ainda hoje. Entender como isso foi possível configura, desde 2013, a minha ambição intelectual.

Um dos caminhos interpretativos possíveis é caracterizar o modernismo mineiro enquanto um “modernismo de província”. (MARQUES, 2011, p. 23-47) Desse ponto de vista, o modernismo paulista do início dos anos 1920 teria se espalhado pelas outras regiões do país, onde “em cada constelação provinciana, para além da simples imitação da vanguarda paulista, o movimento foi

¹ Expressão empregada por Antonio Candido em seu “Depoimento” a Mário Neme em 1943. Cf. PONTES, 1998, p. 13.



adquirindo uma feição particular, determinada pelas condições locais.” (Op. cit., p. 9) Segundo essa interpretação, o modernismo mineiro seria uma espécie de caudatário do modernismo paulista do decênio de 1920, como um fenômeno periférico do campo intelectual que despontava no eixo Rio-São Paulo.

No entanto, se é inegável que o modernismo mineiro foi impulsionado pelos modernistas de São Paulo – fato que Drummond, Nava, e os demais integrantes da geração modernista de Minas foram os primeiros a apontar –, a dicção própria que o movimento assumiu no estado só ganha inteligibilidade quando atentamos para o estilo de vida que levavam na Belo Horizonte dos anos 20 e 30, para a posição que ocupavam no espaço social da capital mineira. Ao contrário do que defende Ivan Marques, para quem “é a verificação das obras que permite medir a modernidade de um artista”, defendendo que, como já apontou Sérgio Miceli, a singularidade do modernismo em Minas Gerais deve ser buscada nos caracteres distintivos da “cadeia regional de circunstâncias institucionais e políticas” que os escritores mineiros tiveram de enfrentar, construindo uma trajetória diferenciada daquela do grupo modernista de São Paulo. (MICELI, 2004, p. 75)

Não se trata de relegar a segundo plano as obras, e sim de procurar demonstrar que *o que* os modernistas de Minas escreviam e *como* eles escreviam somente podem ser compreendidos quando as condições sociais e políticas da produção literária na capital mineira são trazidas à luz. Nesse sentido, o livro pioneiro de Fernando Correia Dias sobre *o movimento modernista em Minas* apontou

direções importantes na avaliação do significado do modernismo em Minas. Debruçando-se sobre a Belo Horizonte dos anos 20, define-a como uma capital provinciana, com uma população que não chegava a sessenta mil habitantes, mas que conservava certa importância por ser o centro político-administrativo de um estado politicamente poderoso durante a República Velha. Uma formação social oscilando entre a tradição e a modernidade, mas onde “a tradição prepondera.” (DIAS, 1971, p. 81)

A tese desse autor segundo a qual os intelectuais modernistas de Minas desempenharam o “papel de fermentar saudavelmente o meio social e político” tem servido de inspiração ao longo de toda a minha pesquisa. Segundo ele:

A tese que aqui levantamos é a de que, em Minas, no final da década de 20, (...) tentou-se fazer de uma oligarquia regional uma elite do poder. Procurou-se conferir autenticidade e modernidade à velha oligarquia, que aprofundara suas raízes no período da República de [18]91. A Revolução de 30, em Minas, com todos os seus equívocos, nos parece expressão desse processo renovador. E é inegável que isso foi possível, em grande parte, porque o meio intelectual mineiro havia experimentado progressos, graças aos jovens escritores modernistas. (DIAS, 1971, p. 104)

Os escritores modernistas de Minas, eles mesmos uma fração da classe dirigente do estado, engajaram-se ativamente no processo de modernização regional, atuando como uma espécie de destacamento precursor da oligarquia mineira que desempenhou um papel importante na modernização das condutas públicas, do gosto



estético e da maneira de pensar a cultura – esquemas de pensar, agir e sentir que posteriormente se tornariam moeda corrente.

E, de fato, integrantes dessa geração modernista de Minas, como Mário Casasanta, Abgar Renault, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, tomaram parte na reforma do ensino e na concretização do sonho das elites mineiras de terem uma universidade no estado, reforma levada a cabo na segunda metade dos anos 20, sob a batuta de Francisco Campos, então Secretário do Interior. Além disso, praticamente todos os integrantes do grupo modernista mineiro participaram ativamente da campanha da Aliança Liberal que conduziria à Revolução de 30 e à reorganização do sistema de dominação no plano federal e nos estados.

A primeira geração modernista de Minas formou-se numa capital ainda bastante provinciana, cuja importância política não encontrava correspondência no plano econômico e cultural. Com uma população de pouco mais de cinquenta mil habitantes, Belo Horizonte era, nos anos 1920 e 1930, sobretudo um centro administrativo, sendo sua população composta basicamente por funcionários públicos, estudantes e comerciantes, uma sociedade pouco diferenciada e muito tradicionalista.

Partindo do pressuposto de que os grupos de intelectuais que se autoproclamam “modernos” buscam afirmar-se contra o grupo já estabelecido dos “antigos”, o modernismo mineiro coloca-nos então a seguinte questão: contra quem a ironia e os esforços de diferenciação eram dirigidos? Eles eram “modernos” em relação a quem? Diferente do grupo modernista de São Paulo, o grupo mineiro

não foi trabalhado por clivagens internas com força suficiente para dissolvê-lo. Mais do que romper com uma geração anterior, o grupo modernista de Minas estabeleceu com ela relações de compromisso e camaradagem – o que não significa que não tenha havido uma boa dose de tensões nessa relação.

Nesse sentido, caberia aprofundar a hipótese de que o significado do modernismo mineiro deveria ser buscado não numa configuração do tipo antigos x modernos, ou heterodoxia x ortodoxia, e sim num esforço modernizante que congregou a fração ilustrada das elites mineiras e a nova geração que buscava afirmar-se como “intelectuais”, ou seja, tentava transformar as atividades intelectuais e artísticas em algo mais do que um mero adorno ou um lazer cultivado nas horas vagas.

No presente artigo, com vistas a recuperar a “feição própria” do modernismo mineiro, procuro reconstruir o espaço social de Belo Horizonte nos anos 20 e 30, a fim de que se possa avaliar tanto a atuação modernizante dos rapazes dados às letras na provinciana capital do estado, quanto os traços neles deixados por esta mesma sociedade provinciana em cujo interior buscavam respirar. Antes, porém, gostaria de explicitar as balizas teórico-metodológicas que orientaram a construção do retrato coletivo dos escritores dessa primeira geração modernista de Minas Gerais, apresentado na última seção do texto.

Questões de Método



² *La condition littéraire: la double vie des écrivains* (2006) e *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire* (2010)

Inspirando-se, de um lado, na *sociologia da cultura* de Pierre Bourdieu, centrada nos conceitos de *habitus* e *campo*, e, do outro, na *sociologia das condições práticas de exercício da literatura* proposta por Bernard Lahire, minha proposta aqui é a de descortinar as propriedades estruturais do universo literário belo-horizontino nos anos 20 e 30, as propriedades objetivas dos agentes desse universo, bem como as condições práticas de exercício da atividade literária.

Para levar a termo essas tarefas, é preciso, de um lado, compreender as especificidades desse universo literário no período estudado e, do outro, contextualizar e “materializar” os seus agentes, os escritores, amiúde reduzidos pela crítica literária a “seres desencarnados”. Esse trabalho de materialização dos escritores visa reinscrevê-los nas condições sociais e econômicas com as quais se depararam, levando-os a administrarem seu tempo entre atividades literárias e atividades extraliterárias, focalizando as soluções encontradas por esses escritores modernistas de Minas Gerais para dedicarem-se à literatura em meio às constrictões de toda ordem impostas pelo estado embrionário do campo literário e pelo “second métier”, a carreira burocrática, que tendia a desviar o tempo e a energia requeridas pelo trabalho literário.

Esta *démarche* de materialização dos escritores pressupõe um retorno reflexivo sobre conceitos de *campo literário* e de *habitus*, noções chaves da sociologia da cultura de Pierre Bourdieu, mas que costumam ser empregadas de uma maneira um tanto quanto irrefletida, sem que seja feita uma avaliação de sua pertinência para o caso empírico estudado.

Aplicada ao universo literário, a teoria dos *campos* permite estudar as posições ocupadas pelas diferentes editoras e pelos diferentes autores, as lutas travadas em torno da definição das hierarquias e da legitimidade literária, permite também apreender as diferenças entre o *subcampo da produção restrita* (viveiro dos autores e obras de vanguarda) e o *subcampo da grande produção* (que congrega os autores e obras mais “acessíveis” ao público de não-produtores).

No entanto, como tem mostrado Bernard Lahire em suas últimas obras², a teoria dos campos de Pierre Bourdieu padece de certos limites para pensar o universo literário. Ainda que ela leve em conta a “autonomia relativa” dos universos literários e artísticos, subordinados estruturalmente ao campo do poder, a teoria dos campos deixa em segundo plano o fato de que esses universos culturais são muito pouco profissionalizados e não asseguram para a maior parte dos seus integrantes autonomia propriamente econômica, levando-os a se inscreverem em outros universos sociais para garantir a reprodução material de suas vidas. Obrigados amiúde a exercerem um “second métier” fora do universo literário, os escritores assemelham-se mais, segundo Lahire, a “jogadores” do que a agentes estáveis de um campo.

Minha proposta consistirá, então, em colocar em evidência que o conceito de “campo literário” foi criado por Pierre Bourdieu para dar conta de um processo histórico muito particular de autonomização, sempre relativa, das instâncias voltadas para a produção, distribuição e recepção de obras literárias. É preciso estar



plenamente ciente disso para que esse conceito continue a liberar a imaginação científica e forneça pistas heurísticamente valiosas para a análise de universos sociais distintos daquele que o originou. Como tentarei mostrar, o conceito de “campo literário” está umbilicalmente ligado à análise levada a efeito por Bourdieu da gênese e da estrutura do campo literário francês estando ancorado numa realidade social histórica e geográfica muito específica.

As propriedades essenciais do campo literário podem ser sumariadas da seguinte maneira:

– é um sistema estruturado de posições, que são ocupadas por agentes conforme o capital específico de que eles dispõem;

– a distribuição desigual do capital específico no seio do campo fornece a dinâmica das lutas entre agentes que pretendem monopolizá-lo ou redistribuí-lo, dando origens a estratégias de conservação ou de subversão (dominantes x dominados; ortodoxia x heterodoxia; antigos x modernos);

– os agentes aí inscritos são dotados de um *habitus* específico ao campo, o que os mantém “ligados” nas lutas e apostas que aí são travadas;

– ele é dotado de uma autonomia relativa, ou seja, as lutas travadas no interior do campo possuem uma lógica interna, no entanto, as lutas travadas nos outros campos (econômico, político, social) afetam as relações de força intracampo.

A teoria dos campos de Pierre Bourdieu situa-se no interior da reflexão sociológica sobre o processo histórico de separação e diferenciação das atividades sociais. De Herbert Spencer a Norbert

Elias, passando por Marx, Durkheim e Weber, o tema da divisão social do trabalho ocupa uma posição central na teoria social.

A reflexão durkheimiana sobre a divisão do trabalho social inspirou sem dúvida as formulações de Pierre Bourdieu sobre a gênese e a estrutura dos campos de atividade social. A análise, empreendida por Durkheim em *A divisão do trabalho social*, do processo histórico de evolução que conduz do estado original de indistinção e de homogeneidade das sociedades tradicionais – em que o econômico, o político, o religioso, a ciência, o direito etc. ainda não haviam se separado – à separação progressiva de todas estas funções sociais, estado este característico das sociedades modernas e altamente diferenciadas, forneceu um dos esteios da teoria dos campos. Assim como o esquema explicativo acionado por Durkheim para dar conta desse processo de diferenciação do mundo social. Segundo ele, trata-se de uma questão de pura morfologia: “A divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades”, ou seja, à medida que o número de indivíduos em interação aumenta, a divisão de funções e a diversificação das relações sociais também aumentam. O aumento do volume e da “densidade moral” faz surgir a questão do lugar social dos diferentes indivíduos de uma determinada formação social. Nesse quadro de “explosão demográfica”, a divisão do trabalho apresenta-se como uma solução pacífica e socialmente mais interessante do problema da “luta pela vida”:

A divisão do trabalho é portanto um produto da luta pela vida: mas trata-se de um desfecho



brando. Com efeito, graças a ela, os rivais não são obrigados a eliminarem-se mutuamente, mas podem coexistir uns ao lado dos outros. Por isso, à medida que se desenvolve ela fornece a um número cada vez maior de indivíduos, que em sociedades mais homogêneas estariam condenadas a desaparecer, os meios para se manterem e sobreviverem. (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 52)

A criação de esferas separadas de atividades diversifica as possibilidades de “luta pela vida” e de reconhecimento social: “O soldado procura a glória militar, o sacerdote autoridade moral, o homem de estado o poder, o industrial a riqueza, o cientista o renome científico; cada um deles pode assim atingir o seu fim, sem impedir os outros de atingirem o seu.” (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 48)

O que não impede que haja luta e concorrência entre agentes que desempenham funções relativamente próximas: “Nunca o magistrado concorre com o industrial; mas o fabricante de cerveja e o produtor de vinhos, o fabricante de panos e o de sedas, o poeta e o músico esforçam-se muitas vezes por se suplantarem mutuamente.” (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 48-49) Algo próximo, por exemplo, à luta travada entre sociólogos e historiadores ou filósofos. Há igualmente lutas intensas entre os agentes que desempenham as mesmas funções: “Quanto àqueles que se entregam exatamente à mesma função, não podem prosperar senão em detrimento uns dos outros.” (DURKHEIM, 1984, v. II, p. 49)

Bourdieu inspirou-se também na sociologia das religiões de Max Weber, sobretudo no conceito de “legalidade própria”

(*Eigengesetzlichkeit*) de cada uma das esferas de ação social posto em obra por Weber na “Reflexão intermediária”. Em seu comentário sobre esse ensaio de Max Weber, Antônio Flávio Pierucci mostra que é nele sobretudo que Weber desenvolve sua teoria da modernização cultural entendida como diferenciação, autonomização e institucionalização das esferas de valor.

Com o advento da modernidade e a ruptura dos laços tradicionais por uma série de fatores, inclusive no plano cultural e no da personalidade, Weber diagnostica uma importante inflexão no processo de racionalização ocidental: agora é possível conceber a esfera doméstica e a economia, a política e o direito, a vida intelectual e a ciência, a arte e a erótica, independentemente das fundamentações axiológicas religiosas. Cada esfera de valor, ao se racionalizar, se justifica por si mesma: encontra em si sua própria lógica interna – uma legalidade própria [*Eigengesetzlichkeit*] – que a leva a se institucionalizar autonomamente e a se consolidar e se reproduzir socialmente pela formação de seus próprios quadros profissionais, encarregados de garantir precisamente sua autonomia. (PIERUCCI, 2003, p. 138)

Conforme a abordagem weberiana, a diferenciação das esferas de atividade leva à tomada de consciência da lógica interna de cada uma delas.

A racionalização e a sublimação conscientes das relações humanas com as diferentes esferas de posse de bens, exteriores e interiores, profanos e religiosos, obrigou o homem, segundo *leis próprias interiores* de cada uma das esferas, a se *conscientizar* das consequências de suas ações e, com isso, fez com que entrassem em tensão aquelas esferas que até então estabeleciam



relações ingênuas com o mundo exterior.
(WEBER, 2013, p. 512-513)

Eis o esquema interpretativo da “lógica interna” e “imaneente” utilizada por Bourdieu para definir o modo de funcionamento dos campos. Coerente com o esquema durkheimiano da divisão do trabalho social e a análise weberiana da diferenciação e autonomização das esferas de valor, Bourdieu opera com um conceito de intelectual enquanto um agente de um campo dotado de autonomia relativa que, a partir da posição ocupada no campo intelectual, intervem nas lutas políticas e sociais – sendo a atuação de Émile Zola no *affaire Dreyfus* o modelo implícito que ele tem em mente.

No entanto, como analisar as tomadas de posição nas lutas políticas e sociais de intelectuais situados em espaços provincianos que não podem contar com um campo intelectual minimamente autônomo, nem com um capital específico que legitime suas tomadas de posição nas lutas que são travadas no campo do poder local?

No caso dos intelectuais modernistas de Minas Gerais, sua trajetória social define-se pela necessidade de conciliar espaços sociais com lógicas distintas, cindidos como estavam entre a atuação ativa no projeto de modernização regional e a entrega a uma estética modernista que deles exigia uma ruptura com suas raízes regionais. A questão do “*habitus* clivado” dos intelectuais foi pouco trabalhada por Bourdieu, como veremos.

A vinculação entre “campo” e “habitus” no modelo de análise elaborado por Bourdieu confere a ele plasticidade e dinamismo.

Trata-se de um espaço estruturado de posições que são ocupadas por agentes portadores das disposições (*habitus*) por elas requeridas. Aplicado ao universo da produção simbólica, o conceito de “campo” permitiria superar a oposição entre “leituras internas” e “leituras externas”: contra ambas, Bourdieu buscava, pelo emprego desse conceito, chamar a atenção para os microcosmos sociais, relativamente autônomos e regidos por uma lógica interna, nos quais os produtores de bens simbólicos estão encerrados. Na prática, isso significa que a sociologia da cultura e da arte deve evitar dois tipos de reducionismo: de um lado, as diversas modalidades de “leitura criadora” que tendem a tratar as obras de arte e de cultura como entidades autônomas, sujeitas às suas próprias leis; do outro, os diversos tipos de reducionismo sociológico que pretendem relacionar diretamente as propriedades formais das obras às propriedades sociais da fração de classe de seus autores.

A noção de campo permite superar a oposição entre leitura interna e análise externa sem perder nada das aquisições e exigências dessas duas abordagens, tradicionalmente percebidas como inconciliáveis. Conservando o que está inscrito na noção de intertextualidade, isto é, o fato de que o espaço das obras apresenta-se a cada momento como um campo de tomadas de posição que só podem ser compreendidas relacionalmente, enquanto sistema de variações diferenciais, pode-se levantar a hipótese (confirmada pela análise empírica) de uma homologia entre o espaço das obras definidas em seu conteúdo propriamente simbólico e, em particular, em sua *forma*, e o espaço das posições no campo da produção (...); com efeito, em razão do jogo das homologias entre o campo literário e



o campo do poder ou o campo social em seu conjunto, a maior parte das estratégias literárias é sobredeterminada e muitas das “escolhas” têm dois alvos, são a um só tempo estéticas e políticas, internas e externas. (BOURDIEU, 1996, p. 234)

No entanto, como tem ressaltado Bernard Lahire em seus últimos trabalhos, pretendendo combater o reducionismo sociológico que postula uma relação direta entre a posição de classe do autor e as propriedades formais da sua obra, Pierre Bourdieu acaba incorrendo, por seu turno, em outra forma de reducionismo que consiste em concentrar a análise no papel de instância de mediação exercido pelo campo da produção deixando em segundo plano as propriedades disposicionais e as experiências sociais dos produtores, em suma, seu *habitus*.

Tudo se passa como se a vinculação original entre os conceitos de “campo” e “*habitus*” fosse progressivamente sendo deixada de lado em favor de uma análise centrada nas homologias entre o campo do poder e o campo da produção simbólica. Quer dizer, a posição ocupada no campo da produção “comanda” a forma e o conteúdo da obra.

Assim, as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção. Este último comanda, por meio de diferentes mediações, tanto o interesse expressivo, a forma e a força da censura que lhe é imposta, como também a competência que lhe permite satisfazer esse interesse no limite de tais constrangimentos. (BOURDIEU, 2008, p. 133)

As reflexões de Bourdieu sobre os campos de produção simbólica atingiriam sua forma mais bem acabada em seu trabalho sobre a gênese e a estrutura do campo literário francês na segunda metade do século XIX com base num estudo de caso do escritor Gustave Flaubert. Trata-se, sem dúvida, de uma análise brilhante, portadora de um programa de pesquisa que tem se mostrado bastante promissor. No entanto, isso não nos deve fazer esquecer suas limitações e seu “campo” de pertinência. A principal restrição diz respeito ao encerramento das trajetórias sociais dos produtores e da explicação de suas obras nos limites da posição ocupada no campo da produção.

Os escritores acabam reduzidos à posição – e às tomadas de posição estéticas, políticas, éticas – ocupada no campo da produção, redução tanto mais problemática no caso de um microcosmo pouco profissionalizado como é o caso do campo literário, o que obriga os escritores a assegurarem sua reprodução material em outros universos sociais, regidos por outras lógicas internas. Além disso, as suas obras são amiúde explicadas unicamente em função da posição que seus autores ocupam no campo da produção, como se se tratasse de estratégias (ainda que inconscientes) de que lançassem mão para maximizar suas chances de obter lucro material e simbólico.

A ênfase excessiva no momento de reconstrução do campo da produção levou Bourdieu a negligenciar as experiências sociais dos escritores, assim como as disposições e as competências que eles adquiriram nas diversas instâncias de socialização: na família, no percurso escolar, em sua inserção profissional fora do campo



literário, nos grupos de amigos, etc. Bourdieu reduz amiúde a trajetória social dos escritores a uma série de posições ocupadas no campo literário, e sua socialização passada a algumas disposições genéricas (ascetismo, aristocratismo, modéstia, ambição, conservadorismo, vanguardismo).

Essa postura confere ao modelo do campo literário um caráter fortemente legitimista – “legitimista” no sentido em que o pesquisador adota o ponto de vista dominante sobre a criação literária, dispensando pouca atenção seja aos escritores que ocupam posições dominadas no campo da produção, seja às experiências sociais extra-artísticas dos escritores mais legítimos. Assim fazendo, o sociólogo acaba reproduzindo em seu modelo de análise uma clivagem interna ao campo, qual seja a distinção entre as obras mais “puras”, mais “legítimas”, e as obras “impuras”, “comerciais”, entre os escritores mais “puros” e “criativos” e os escritores mais “comerciais” ou “epigonais”. No entanto, relegando a segundo plano a análise da sociogênese das disposições e competências dos escritores mais legítimos, o que implicaria reconstruir as experiências sociais extra-artísticas dos escritores mais legítimos – das experiências familiares às experiências profissionais, passando pelas experiências religiosas, políticas, etc. –, o sociólogo acaba reproduzindo o mito oitocentista do “gênio criador”, fixando-se nas disposições e competências ligadas à sua pertença ao campo de produção.

Enfim, se o modelo do campo literário foi criado enquanto uma tentativa de fundar um programa de pesquisa que superasse a

oposição entre leitura interna e análise externa, a hipertrofia do seu emprego levou Bourdieu a minimizar ou negligenciar as experiências sociais e as disposições constitutivas do *habitus* dos agentes desse campo, os escritores, que não estavam diretamente relacionadas ao campo da produção. Cada vez mais, a lógica interna do campo literário, pensado como universos de especialistas funcionando como microcosmos relativamente autônomos, como espaços estruturados de relações objetivas entre posições, passou a funcionar como o único princípio explicativo levado em conta: “essas relações [objetivas entre posições] são o *verdadeiro princípio* das tomadas de posição dos diferentes produtores, da concorrência que os opõe, das alianças que estabelecem, das obras que reproduzem ou que defendem.” (BOURDIEU, 1996, p. 232, grifado por mim)

Essa tomada de posição teórico-metodológica levou Bourdieu a reduzir as disposições socialmente constituídas dos escritores a suas origens sociais retraduzidas na lógica do campo; a negligenciar a sociogênese dessas disposições; a considerar estas disposições sociais sinteticamente definidas como princípio explicativo da forma e do conteúdo das obras literárias e artísticas. Dessa forma, o universo literário é representado sob a forma de um espaço hierarquizado de possibilidades estilísticas e temáticas cuja escolha pelos autores é guiada pelas suas disposições incorporadas.

Às diferentes posições no campo de produção, tais como estas podem ser definidas levando-se em conta não só o gênero praticado, a categoria nesse gênero, identificada através dos lugares de



³ No texto “A ilusão biográfica”, Bourdieu afirma que “Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações.” (BOURDIEU, 2011, p. 81)

publicação (editora, revista, galeria, etc.) e dos índices de consagração, ou, simplesmente, da antiguidade de entrada no jogo, mas também os indicadores mais exteriores, como a origem social e geográfica, que se retraduzem nas posições ocupadas no interior do campo, correspondem as posições tomadas no espaço dos modos de expressão, das formas literárias e artísticas (alexandrino ou um outro metro, rima ou verso livre, soneto ou balada, etc.), dos temas e, evidentemente, de todos os tipos de índices formais mais sutis que a análise literária tradicional há muito tempo assinalou. Em outros termos, para ler adequadamente uma obra na singularidade de sua textualidade, é preciso lê-la consciente ou inconscientemente na sua intertextualidade, isto é, através do sistema de desvios pelo qual ela se situa no espaço das obras contemporâneas; mas essa leitura diacrítica é inseparável de uma apreensão estrutural do respectivo autor, que é definido, quanto às suas disposições e tomadas de posição, pelas relações objetivas que definem e determinam sua posição no espaço de produção e que determinam ou orientam as relações de concorrência que ele mantém com os demais autores e o conjunto das estratégias, sobretudo formais, que o torna um verdadeiro artista ou um verdadeiro escritor – por oposição ao artista ou ao escritor “ingênuo”, como o *douanier* Rousseau e Brisset, que, propriamente falando, não sabem o que fazem. (BOURDIEU, 2004, p. 177-178)

Perdoem-me esta citação um tanto longa, mas absolutamente necessária pela limpidez cristalina com que o modelo teórico de Bourdieu é apresentado. Com efeito, nela podemos perceber que os estilos e temas são reduzidos às tomadas de posição num campo literário hierarquizado. Os problemas e apostas formais e temáticas dos escritores são explicadas como estratégias (conscientes ou

inconscientes) adotadas em função da posição ocupada no espaço dos modos de expressão possíveis. Confere-se, então, um primado ao contexto (as relações objetivas entre as posições no campo literário) em detrimento das disposições e do passado incorporado dos escritores.

Tudo se passa como se a teoria dos campos de Bourdieu pretendesse deduzir cada obra literária nova da posição do seu autor no espaço estruturado de posições, como se ela não fosse senão o desenvolvimento de potencialidades inscritas no campo num momento dado, possibilidades percebidas e interpretadas a partir de uma posição singular no interior do campo de produção, posição ocupada conforme o cabedal de disposições sociais com que ele aí ingressa.

Postura teórica que, por seu turno, é tributária da ruptura sistemática com o método biográfico, considerado como uma forma de psicologismo que isolaria o indivíduo e que buscaria explicar sua trajetória social enquanto o desdobramento de um destino ou de um “projeto original” nos moldes da análise sartriana de Flaubert. No entanto, o programa de pesquisa inscrito na teoria dos campos pressupõe uma abordagem até certo ponto biográfica, esta última entendida enquanto método de reconstrução da sociogênese das disposições dos escritores, daquilo que define seu *habitus*.

Disposto a romper com a “ilusão biográfica”³, noção do senso comum considerada incompatível com a *démarche* sociológica, Bourdieu exclui uma abordagem que se mostra indispensável para levar a termo sua própria definição de *habitus*.



Contra o Sartre de *Questões de método*, contra a leitura existencialista levada a cabo por ele a fim de reconstruir o “projeto original” de Flaubert, Bourdieu aposta todas as suas fichas no “campo literário”, na posição que Flaubert ocupava no campo literário francês da segunda metade do século XIX, terminando por reduzir Flaubert a algumas poucas propriedades definidas sinteticamente e por negligenciar os elementos mais constitutivos e estruturantes de sua experiência social, ou melhor, de suas experiências sociais sucessivas.

Tudo se passa como se o romance *L'Éducation sentimentale* de Flaubert não fosse outra coisa que a transposição literária das relações objetivas, e tensas, entre o campo do poder e o campo literário na Paris da segunda metade do século XIX, como se Flaubert não tivesse mobilizado senão suas experiências enquanto escritor, como se as experiências de socialização vividas na infância, na adolescência, no universo escolar, no seio da família, nas lutas políticas da época não tivessem nenhum papel na conformação do seu “projeto criador”. Mas Flaubert não nasceu “no campo literário”, e sim no seio de uma família burguesa, no interior da qual ocupava uma posição singular, de forma que não se pode reduzir sua experiência social àquela vivida enquanto escritor.

A esta imagem um tanto quanto formalista e abstrata do universo literário e dos escritores aí inscritos, minha hipótese, inspirada no belo trabalho de Lahire sobre Franz Kafka, é a de que os escritores modernistas de Minas Gerais encaravam a sua produção literária como uma maneira de lidar com um certo número de

problemas que sua situação presente lhes colocava. Problemática que não pode ser reduzida a questões formais, envolvendo também uma dimensão existencial que marcou aquela geração de escritores e os levou a pesquisar a forma mais adequada para exprimir suas inquietudes existenciais.

A hipótese que procuro corroborar é a de que as experiências sociais sucessivas dessa geração modernista de Minas funcionam como matriz formal das suas obras e das suas escolhas estéticas. Trazer para o primeiro plano da análise as inquietudes existenciais dessa geração não significa retomar o modelo do projeto criador, uma vez que os elementos constitutivos dessa inquietude não precisam estar necessariamente presentes na consciência desses escritores. Ao contrário, são essas inquietudes que *trabalham* essa geração de escritores mineiros que, ao escrever, ao transpô-las para o plano literário, em prosa e verso, esforça-se por libertar-se delas.

A este universo literário, que, a despeito de ser objeto de investimentos pessoais intensos e de lutas “de vida ou morte” entre os agentes nele inscritos, funciona como um espaço social fracamente institucionalizado e que “paga mal”, caracterizando-se praticamente, na maioria dos casos, como um empreendimento de risco, Lahire chama de “jogo literário”. Com o conceito de “jogo literário”, Lahire pretende dar conta de um universo que não possui os meios econômicos necessários para converter todos os seus participantes em agentes em tempo integral – diferente do que ocorre em campos mais bem dotados institucional e economicamente, como é o caso do campo acadêmico.



Em função, portanto, dessa *situação específica do campo literário*, é preciso evitar sobretudo reduzir os escritores à condição de agentes permanentes do “campo literário”. A situação de *dupla vida*, o escritor alternando a prática literária com um ofício extraliterário que lhe assegura a renda necessária para se dedicar à literatura, é muito comum nesse universo tão pouco institucionalizado.

No entanto, se o universo literário é, do ponto de vista econômico, pouco profissionalizado e de remuneração incerta, ele não deixa de ser tão absorvente quanto os outros universos sociais tidos como mais sérios e recompensadores do ponto de vista financeiro. Em virtude disso,

Os escritores são amiúde levados a efetuar um vai-e-vem permanente e a dividir seu tempo entre o universo literário e o universo do seu “second métier”, sem falar das circulações entre esses dois universos e o universo conjugal ou familiar. O escritor com “second métier” constitui um bom exemplo de pertencimento múltiplo; um exemplo também particularmente interessante para refletir sobre a divisão do trabalho e de funções em uma sociedade altamente diferenciada cuja lógica não pode de forma alguma resumir-se a uma fórmula do tipo: um lugar para cada um e cada um em seu lugar. (LAHIRE, 2006, p. 11, tradução minha)

Somente uma sociologia atenta às variações intraindividuais de comportamentos, à pluralidade das disposições incorporadas e à variedade de contextos de atualização dessas disposições, pode ser capaz de apreender as tensões e as estratégias dos indivíduos submetidos a essas condições de pertencimentos múltiplos.

Segundo Lahire,

os escritores vivem grandes frustrações, obrigados a deixar em estado de vigília suas disposições mais profundamente constituídas, e a lidar com uma pluralidade problemática de investimentos, seus engajamentos literários, paraliterários e extraliterários entram em concorrência e às vezes mesmo em contradição. (LAHIRE, 2006, p. 11, tradução minha)

Assim, para dar conta dessa situação de “double vie”, faz-se necessário contextualizar e materializar os escritores, amiúde tratados como “criadores desencarnados”. Isso implica examinar as condições sociais e econômicas dos escritores, suas práticas literárias e extraliterárias e as condições materiais e temporais do trabalho de escrita. Não se compreende as representações que os escritores fazem de sua própria atividade, nem as suas obras, se não levamos em conta os diferentes aspectos de sua condição literária.

Nesse ponto, é preciso reconhecer que o conceito de *campo literário*, de Pierre Bourdieu, é mais pertinente na análise dos agentes aí inscritos que dispõem de condições econômicas e sociais que lhes permitem viver a tempo pleno *para* (mas não *da*) a literatura, sendo Gustave Flaubert o modelo por excelência do escritor que vive *de* rendas e por isso pode viver integralmente *para* a literatura. Mas, que fazer então com toda uma linhagem de escritores – que inclui Balzac, Mallarmé, Kafka, Joyce, Faulkner, Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, e tantos outros – que desenvolveram uma atividade literária de altíssima qualidade mesmo sem fazer da literatura sua atividade principal? Seria razoável, então, analisar, como o faz Bernard Lahire (2006) em seu livro, o conjunto de agentes do universo literário, dos mais “puros”



⁴ “Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” MARX, 2007, p. 94

aos mais “amadores”, a partir de suas condições reais de existência, do tempo dedicado *a* e do lugar ocupado *pela* literatura em suas vidas.

Para dar conta dessa situação de dupla vida, faz-se necessário contextualizar e materializar os escritores da primeira geração modernista de Minas, amiúde tratados na crítica literária como “criadores desencarnados”. Esse trabalho de contextualização implica examinar *as condições sociais e econômicas dos escritores, suas práticas literárias e extraliterárias e as condições materiais e temporais do trabalho de escrita*. Somente ao termo desse trabalho de situá-los sociologicamente, as representações que os escritores mineiros fazem de sua própria atividade em suas obras ganham inteligibilidade.

Quanto a esse aspecto, a análise de Robert Darnton sobre a boêmia literária na França do século XVIII é exemplar. Esforçando-se em fornecer o contexto social do ideário iluminista na França pré-revolucionária, ele procura distinguir os “homens de carne e osso, que precisavam sustentar a família, satisfazer ambições, buscar prazeres” da imagem social que eles visavam construir de si mesmos e do seu grupo através dos seus escritos – autoimagem que certos autores tomam por moeda corrente.

Seus malogros e frustrações sob a velha ordem serviram de medida para sua dedicação sob a nova, e a Revolução pode ser compreendida, sob o ponto de vista destes homens, como *carreira*. Estudar carreiras, método que parece antiquado e meramente biográfico, poderia oferecer útil contrapartida ao estudo, mais abstrato, de ideias e

ideologias. As origens intelectuais da Revolução e o caráter de sua política podem ser melhor compreendidos se descermos da *Encyclopédie* ao *underground*, lá onde homens como Brissot produziam jornais e panfletos, cartazes e caricaturas, canções, boatos e *libelles*. Aquelas coisas que transformavam intrigas pessoais, e rivalidades de facções, em combate ideológico pelo destino da França (DARNTON, 1987, p. 76).

Partindo, então, do conselho metodológico de Darnton, já enunciado por Marx n’*A ideologia alemã*⁴, e das ponderações de Christophe Charle e de Bernard Lahire, é preciso partir do terreno das condições sociais de existência dos escritores do grupo modernista mineiro, atento à dupla vida que eles levavam, em constante zigue-zague entre os campos intelectual e político, para que se compreenda o que se passa no plano das representações, imagens, identidades, presentes em seus escritos autobiográficos, memorialísticos.

Os escritores modernistas de Minas também fizeram carreira após a Revolução de 30, engajando-se nas lutas políticas e, mais especificamente, no processo de rotinização do modernismo dos anos 20, alçado a estética oficial. Nos anos 20 e 30, davam seus primeiros passos no universo literário belo-horizontino, centro cultural periférico se comparado a capitais como Rio de Janeiro ou São Paulo, por sua vez, situadas na periferia do campo intelectual e artístico transnacional.

A reconstrução da trajetória dos escritores de campos literários periféricos, ou, no meu caso, da periferia da periferia, exige



que se preste atenção aos seus investimentos literários e extraliterários no espaço social belo-horizontino, cujo baixo grau de diferenciação social e a fraca institucionalização das práticas literárias e artísticas torna problemática a aplicação do modelo bourdiano de campo. Em seu artigo sobre o universo da produção intelectual em Santiago del Estero nos anos 1920 e 1930, região periférica do campo intelectual porteño, Ana Teresa Martínez chegou a conclusões semelhantes. Uma análise em termos de “campo intelectual” apresenta limitações para se pensar essas formações sociais pouco diferenciadas, em que as esferas de atividade se interpenetram. Segundo Martínez, o modelo dos campos de produção cultural à Bourdieu “no es automáticamente aplicable en cualquier espacio social en que existan agentes en pugna” (MARTÍNEZ, 2006, p. 219).

No caso do modernismo mineiro, onde a ausência de um campo literário dotado de autonomia relativa, combinada a uma conjuntura política de franca concorrência entre as elites do estado, constrangiam a liberdade criativa dos escritores, levando-os a colocarem sua pluma a serviço da legitimação simbólica das pretensões dessas elites a que estavam ligados por laços familiares e de amizade, as observações acima mostram-se bastante pertinentes.

Nesse sentido, a situação específica dos modernistas mineiros somente pode ser apreendida se relacionamos as representações e imagens presentes em seus escritos autobiográficos às suas condições materiais de existência e às redes de relações no interior das quais eles estavam inseridos, concedendo atenção não somente à

dimensão literária de suas trajetórias mas também ao trabalho de construção institucional no qual eles estavam metidos.

Retratos de escritores quando jovens

Nesta última seção, analiso a imbricação, e as tensões daí resultantes, entre a atividade literária e a prestação de serviços políticos que marcou a trajetória da primeira geração de intelectuais modernistas de Minas Gerais nos anos 1920 e 1930. As obras dos escritores mais expressivos dessa geração de intelectuais – Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Emílio Guimarães Moura (1902-1971), João Alphonsus de Guimaraens (1901-1944) e Cyro Versiani dos Anjos (1906-1994) – possuem forte teor autobiográfico, dando pistas sobre as inquietações de uma geração de letrados que teve de dividir-se entre as lides burocráticas e o exercício literário, dupla vida que não era destituída de frustrações.

Meu objetivo, então, é mostrar que essas obras transpuseram para o plano literário a experiência de uma geração de escritores mineiros que, situada numa região periférica do ponto de vista econômico, encontrou na cultura um caminho para se inserir num país em via de modernização e cuja atuação foi decisiva na estruturação do campo cultural nacional em processo de constituição naquele período. Para atingir tal objetivo, examino a trajetória desses quatro escritores modernistas de Minas com vistas a compreender os custos emocionais e sociais envolvidos na tensa conciliação entre literatura e política.



Nos parágrafos seguintes, apresento de forma condensada a trajetória desse grupo de letrados ao longo dos anos 20 e 30, esboçando a traços largos um retrato coletivo da primeira geração modernista de Minas Gerais.

O grupo dos modernistas era formado por jovens vindos do interior do estado para iniciar seus estudos superiores na capital. A maioria ingressou na Faculdade de Direito: Francisco Martins de Almeida, João Alphonsus de Guimaraens, Aníbal Monteiro Machado, Gustavo Capanema, Milton Campos, Abgar Renault, Gabriel de Rezende Passos, Emílio Guimarães Moura, Cyro Versiani dos Anjos. Pedro da Silva Nava cursou Medicina e Carlos Drummond de Andrade, Farmácia. Além do fato de serem todos estudantes, havia outros traços comuns que concorreram para que eles se aproximassem. Vinham quase todos de pequenas cidades de Minas, oriundos de ramos decadentes da oligarquia rural do estado. Havia também um interesse compartilhado pela literatura, pela arte e pela política. Além disso, todos eles desempenhavam funções modestas na burocracia e se dedicavam ao jornalismo.

Como testemunha Pedro Nava, um dos integrantes do “núcleo duro” do grupo modernista mineiro:

Desde 1921 constituiu-se em Belo Horizonte numeroso grupo de moços integrado pelos nomes de Abgar Renault, Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gabriel de Rezende Passos, Gustavo Capanema Filho, Hamilton de Paula, Heitor Augusto de Souza, João Alphonsus de Guimaraens, João Guimarães Alves, João Pinheiro Filho, Mário Álvares da

Silva Campos, Mário Casassanta e Milton Campos. Era o chamado Grupo do Estrela – do nome do café em que se reuniam. Dele fiz parte desde os primeiros momentos, assim como vieram a completá-lo mais tarde, Ascânio Lopes, Ciro dos Anjos, Dario de Almeida Magalhães, Guilhermino Cesar e Luis Camilo de Oliveira Neto. A aglutinação de personalidades tão diferentes deve-se à amizade que os ligava unanimemente a Alberto Campos, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura e Milton Campos. Deles alguns já se tinham iniciado na literatura mas os outros eram também rapazes preocupados com poesia, prosa, arte e filosofia. (“Recado de uma geração”, *A REVISTA*, 1978, p. 1)

Formavam uma espécie de boêmia literária, cujos arroubos de juventude eram tratados de maneira paternalista pela oligarquia, que logo logo os acomodaria na burocracia estadual através de sinecuras e prebendas. Carlos Drummond de Andrade, considerado pelos outros membros, o líder do *Grupo do Estrela*, já contou, em suas *confissões no rádio*, como era o cotidiano do grupo:

Estudavam, trabalhavam em funções modestas: no escritório da estrada de ferro, o Abgar Renault; na secretaria do Tribunal de Justiça, o Milton Campos; na Saúde Pública, o Nava; na repartição das Finanças do Estado, o João Alphonsus, lugares assim. À tarde passavam pela Livraria Francisco Alves, na Rua da Bahia, assistindo à abertura dos caixotes de novidades francesas, que iam de Anatole France a Romain Rolland, passando por Gourmont. Compravam a crédito o que lhes apetecia, e, à noite, papo em redor da mesinha de mármore do Café Estrela, na mesma sagrada rua intelectual de Minas Gerais, diante da cerveja *glacée* ou *frappée*



⁵ Trata-se da viagem empreendida por Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu filho, Tarsila do Amaral e Olívia Penteadó às cidades históricas de Minas Gerais na Semana Santa de 1924, por ocasião da visita do poeta franco-suíço Blaise Cendrars ao Brasil. Nessa viagem, os modernistas de São Paulo passaram por Belo Horizonte e conheceram os rapazes do *Grupo do Estrela*.

cuidadosamente verificada no grau de friquidez (ANDRADE, 2003, p. 1224-1225).

A partir de 1924, com a visita dos modernistas de São Paulo a Minas⁵, iniciaria-se a amizade entre os integrantes dos dois grupos. Num artigo de 1962, publicado no jornal carioca *Correio da Manhã*, Drummond, após declarar que os rapazes “dados às letras” da capital mineira não tomaram conhecimento da *Semana de 22*, conta que a passagem da “caravana de modernistas de São Paulo” por Belo Horizonte em 1924 foi para ele e os outros membros do grupo uma espécie de *segunda semana de arte moderna*, pois naquela ocasião tiveram a oportunidade de conhecer Mário de Andrade:

Mário foi para nós, mais do que a Semana, o Tempo modernista, sua encarnação e exemplificação mais direta e empolgante. O acontecimento intelectual mais relevante de minha vida, insisto em dizê-lo, foram as cartas que recebi dele, anos a fio; pude testar-lhes a eficácia provocativa através da impressão que causaram, 30 anos depois, a uns poucos escritores jovens a quem mostrei (*Apud* SENNA, 1996, p. 307).

Os integrantes do “núcleo duro” do grupo modernista mineiro não fizeram viagens à Europa, como foi o caso de alguns dos integrantes do grupo paulista. Tampouco suas elites, com poucas exceções. Morando numa capital provinciana, “fez parte da formação deles algum atraso de gosto, misturado ao interesse ativo pela novidade” (CANDIDO, 2004, p. 14). Assim, liam com igual entusiasmo Anatole France, Remy de Gourmont e as obras das vanguardas europeias que por ventura lhes caíam nas mãos,

derivando daí “certa *disposição dupla* para a ousadia das inovações e a fidelidade (embora transformadora) ao passado literário.” (CANDIDO, 2004, p. 14, grifos meus). No texto citado, Antonio Candido, buscando os *traços distintivos* do modernismo mineiro, faz menção à “curiosa modernidade mineira, feita com o sumo dos clássicos...” (CANDIDO, 2004, p. 15).

Na correspondência de Mário de Andrade com o grupo mineiro, o autor de *Pauliceia Desvairada* acusava o excesso de boa educação no ar de Minas, o espírito mobiliado à francesa da mocidade literária mineira, que, ao fim e ao cabo, precisava deseducar-se um pouco. O correspondente contumaz da Lopes Chaves explicava aos rapazes de Minas que era preciso dar uma alma ao Brasil, combater o pessimismo nutrido na literatura francesa tomando gosto pela vida e sabendo vivê-la:

Apesar de todo o ceticismo, apesar de todo o pessimismo e apesar de todo o século 19, seja ingênuo, seja bobo, mas acredite que um sacrifício é lindo. O natural da Mocidade é crer e muitos moços não crêem. Que horror! Veja os moços modernos da Alemanha, da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos, de toda a parte: eles crêem, Carlos, e talvez sem que o façam conscientemente, se sacrificam. Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrifício é grandioso, é sublime (ANDRADE, 2002, p. 51).

Para os jovens letrados de Minas, todos na casa dos vinte anos, dotados de sensibilidade e de um pouco de insatisfação, educados “pelo claro gênio francês” de sabor oitocentista ou *fin-de-*



siècle, as cartas de Mário de Andrade, “torpedos de pontaria infalível”, lembra Drummond, ficariam constituindo o acontecimento mais formidável da vida intelectual do grupo.

Assim, nos primeiros anos da década de 1920, os “rapazes dados às letras” de Minas eram estudantes e modestos funcionários das repartições públicas da capital mineira, formando um grupo boêmio que frequentava a Livraria Francisco Alves para se inteirar das “novidades francesas” e se reunia à noite, após o expediente, nos cafés da cidade para discutir as últimas leituras e mostrar os últimos versos escritos. Nesse período, constituíam uma geração de rapazes bem-nascidos – não havia moças no grupo – de famílias importantes do interior, alguns deles pertencentes ao seletto grupo das “famílias governamentais de Minas”, que vivia “represada em suas aspirações de influência e poder”, olhando “inevitavelmente com rancor e desesperança para as oportunidades que os velhos oligarcas do palácio da Liberdade lhes negavam” (BOMENY; COSTA; SCHWARTZMAN, 2000, p. 46).¹

Nessa fase boêmia, a dimensão antiburguesa da estética modernista caiu como uma luva aos propósitos do grupo do *Estrela* de escandalizar a Tradicional Família Mineira, que lhes sonegava suas filhas e os postos cobiçados. Pelas mãos de Mário de Andrade e de um pequeno círculo de letrados de vocação mais cosmopolita, como era o caso de Aníbal Monteiro Machado, os letrados de Minas foram começando a “apartar a Poesia da merda rala que o burguês considera poético e que é justamente o seu contrário” (NAVA, 2013,

p. 238). No início dos anos 1920, os integrantes dessa primeira geração modernista nutriam certa hostilidade pelo monopólio político do Partido Republicano Mineiro, cuja comissão executiva era apelidada de “Tarasca”.

E, foi no auge da dominação perremista que o pequeno grupo de intelectuais modernistas começou a introduzir, meio à sorrelfa, no jornal governista *Diário de Minas*, a “pimenta modernista”. Cyro dos Anjos, em suas memórias, explicou que, nos anos 1920, o modernismo literário praticado em Belo Horizonte “fez-se em surdina, pois a ordem mineira, pesada e conservadora, não apreciava badernas, ainda que literárias” (ANJOS, 2010, p. 545). A classe dirigente, reunida em torno do PRM, apesar de avessa a tomadas de posição mais explícitas, “não trepidaria, contudo, e de imediato em decidir-se pelo verso parnasiano, disciplinado, torneado, cadenciado, avesso a afoitezas e novidades” (Op. cit., p. 545).

Nas memórias e textos autobiográficos dos integrantes do grupo ressuma certo ressentimento, algo como orgulho ferido ante a indiferença dos mandachuvas do PRM:

Além de confusamente tratados de *futuristas*, éramo-lo também de *nefelibatas* – expressão exumada dos velhos insultos aos simbolistas e servindo agora para nós que éramos os que andávamos com os pés fora do chão em vez de casqueá-lo solidamente a quatro patas, da praça da Liberdade ao Bar do Ponto (...) Pois *futuristas* e *nefelibatas* não éramos considerados melhor que os habitués das tascas, os frequentadores dos cabarés, a ralé... (NAVA, 2013, p. 241).

¹ A expressão “famílias governamentais de Minas” é de Cid Rebelo Horta.



A situação dos modernistas de Minas mudaria ainda nos anos 20. No governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), a maioria dos integrantes do grupo do Estrela viria a ocupar postos na burocracia estadual. Tributária de um programa de modernização conservadora, a administração Antônio Carlos foi responsável pelas reformas no ensino primário e normal e pela criação da Universidade de Minas Gerais.

Desde o início do século, as elites ilustradas de Minas Gerais, baseadas num diagnóstico pessimista acerca do atraso econômico e cultural da região, vinham tomando iniciativas no sentido da criação de instituições que promovessem o desenvolvimento regional e estancassem a sangria de recursos e talentos que migravam para outros estados, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, em busca de melhores oportunidades. A própria fundação de Belo Horizonte, no final do século XIX, pode ser interpretada como uma tentativa de criar um novo centro político, econômico e cultural que colocasse Minas na trilha do progresso e da civilização.

No âmbito da cultura, esse esforço institucional traduziu-se na criação de instituições de ensino e de associações culturais. Ainda em 1892, antes portanto da criação de Belo Horizonte (1897), era fundada em Ouro Preto, então capital do estado, a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Nessa e nas iniciativas subsequentes, os argumentos invocados pelas elites ilustradas de Minas diziam respeito à “conquista da emancipação intelectual e do progresso da região.” (DIAS, 1997, p. 33)

Com a fundação de Belo Horizonte, já em 1898 a Faculdade Livre de Direito transferia-se para a nova capital. Nas duas primeiras décadas do século XX, seriam criadas ainda a Escola de Odontologia e Farmácia, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia. Em 1902, a fração ilustrada das elites mineiras reunia-se em Belo Horizonte para discutir a criação de uma Faculdade Livre de Medicina. Aurélio Pires, um dos intelectuais envolvidos nessa investida, pronunciou um discurso que fornece pistas importantes sobre o projeto intelectual que animava as elites do estado:

Senhores, desde longa data, a pátria mineira acaricia uma aspiração sublime: – a de fechar o círculo dentro do qual se encerram os grandes problemas do saber humano. (...) Para satisfazerem, em parte, a essa necessidade incoercível, muitíssimos dos nossos patrícios têm corrido a regiões inóspitas e ingratas; e dezenas – que digo eu! – e centenas deles lá têm ficado, devorados pelo Minotauro terrível, cujo hálito pestífero nos tem crestado tantas esperanças em flor, cujos pés impiedoso têm esmagado talentos tão robustos, promessas tão bem fundadas! (...) É tempo de erguermos bem alto o nosso grito de angústia; de atroarmos, com o rumor das grandes águas, todo este vasto território mineiro. E que este grito repercuta por todas estas quebradas, e que esses clamores abalem todos os corações, dizendo-lhes, em nome dos que se foram e em nome dos que hão de vir, a grande, a inadiável, a imperiosa necessidade que sentimos de uma Faculdade de Medicina em nosso Estado! (PIRES, 1939, p. 239-240)

E o orador terminava seu discurso com as palavras de ordem que estiveram por trás de todo esse esforço institucional no campo da



cultura: “VIVA A AUTONOMIA INTELECTUAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS!!” (PIRES, 1939, p. 241)

Os letrados mineiros participariam do processo de implementação da reforma de ensino conduzida por Francisco Campos, então Secretário do Interior (à época encarregado das questões relacionadas ao ensino público) e Mário Casasanta. A criação da Universidade de Minas Gerais (1927) era o ponto culminante desse programa de reformas. Pedro Nava, Abgar Renault, Mário Casassanta, entre outros modernistas de Minas, tomaram parte ativa nesse empreendimento institucional. (DIAS, 1984, p. 103-111)

No entanto, o alcance dessas reformas empreendidas no governo Antônio Carlos seria pequeno, uma vez que, como já mostrou Maria Arminda do Nascimento Arruda, “não existia em Minas Gerais quer uma elite intelectual com grau de autonomia para realçar suas aspirações culturais (...), quer uma sociedade com um grau de complexidade para criar demandas profissionais novas...” (ARRUDA, 2001, p. 286).

Se não teve a amplitude e o fôlego das reformas educacionais do decênio seguinte, nem a envergadura social e institucional do projeto que resultou na criação da Universidade de São Paulo nos anos 30, teve, no entanto, efeitos duradouros na organização da vida intelectual em Minas. A participação dos modernistas mineiros nas reformas do ensino nos anos 20 reforçou uma relação que começara a se esboçar desde fins do Império e que deixaria vincos profundos na vida intelectual de Minas, qual seja, “o trânsito contínuo entre

intelectuais e homens do poder público. Essas relações infiltravam-se nos ares de Belo Horizonte da época” (ARRUDA, 2001, p. 287).

Para muitos deles, era o início da carreira burocrática e da dupla vida que levariam ao longo das suas trajetórias, conciliando a vida na repartição com as demandas da atividade literária. Em 1941, numa entrevista ao jornal *A Gazeta*, Drummond, após fazer menção às três coletâneas de poemas publicadas até o momento, fala:

Mas a grande produção, aquela que será a suma e a explicação da minha vida, consiste nos milhares de ofícios, cartas, cartões, papeletas, ordens de serviço, despachos e telegramas, com que, desde 1929, venho inundando os arquivos das repartições onde tenho trabalhado... Eis aí o traço fundamental da minha biografia. Um bom resumo estaria nas seguintes palavras: “Este foi burocrata”. (...) Da burocracia tenho vivido e ela nunca me impediu de ser eu mesmo, em grande parte, é claro, pela profunda humanidade dos chefes que tenho servido, entre eles Mário Casasanta e Gustavo Capanema, dois intelectuais típicos que não perderam na administração nenhuma das qualidades exemplares que os distinguiam quando simples estudantes. Com o primeiro trabalhei dois anos. Com o segundo trabalho há dez anos e sua vida é para mim uma lição comovedora de simplicidade, pureza, dignidade sem afetação, trabalho sem ênfase e sem esmorecimento e total esquecimento de si mesmo (*Apud* RIBEIRO, 2011, p. 28-29).

Assim, abrigados à sombra do governo estadual e estimulados pelo grupo modernista de São Paulo, sobretudo por Mário de Andrade, os jovens intelectuais do grupo modernista de Belo Horizonte buscaram combinar as idéias estéticas do modernismo que lhes chegavam ao conhecimento com o



tradicionalismo político dos próceres do PRM. Essa mescla de modernidade estética e conservadorismo político esteve presente nas páginas do *Diário de Minas*; nos três números da revista que publicaram em 1925, na tipografia do jornal governista; e acabou por marcar toda a obra dos que conseguiram engatar uma carreira literária ao lado das atribuições burocráticas.

Nos anos 30 e 40, os letrados modernistas de Minas seriam absorvidos pelo processo de modernização conservadora em curso e acabaram ou abandonando as letras ou praticando-as de uma forma esporádica.

Abertas as comportas do sistema político com a Revolução de 30, estes jovens, em sua maioria, lançaram-se com todas as forças à vida política, sem trair, mas na realidade cumprindo sua vocação de intelectuais. Poucos, como os poetas Emílio Moura e Drummond, teriam o talento e as condições pessoais adequadas para fazerem da literatura não somente um estilo, um adorno ou um traço a mais de sua cultura, mas sua forma mais alta de realização pessoal. Para os demais, a política foi o caminho (BOMENY, COSTA & SCHWARTZMAN, 2000, p. 46).

No entanto, uma análise do modernismo mineiro não pode se contentar em atribuir ao “talento” e às “condições pessoais”, de resto inegáveis, o investimento dos escritores modernistas de Minas numa “carreira literária”, com todos os custos emocionais e sociais a ela associados. Antes, como já apontou Sérgio Miceli, a singularidade do modernismo mineiro deve ser explicada em função da “cadeia regional de circunstâncias institucionais e políticas”, em função dos laços de lealdade a grupos dirigentes com perfis distintos, com a qual

os escritores mineiros tiveram de se haver, construindo uma trajetória diferenciada daquela do grupo modernista de São Paulo (MICELI, 2004, p. 75).

Assim, ainda nos anos 20, mas sobretudo nos anos 30 e 40, os modernistas seguiriam abrindo caminho, conquistando terreno à velha geração literária e ocupando postos na administração estadual e federal. Seu relacionamento com as classes dirigentes caracterizava-se por certa ambivalência – se, de um lado, estavam a elas ligados por laços de amizade e familiares, e por certo sentimento de dívida para com seus protetores; de outro, suas ligações com as elites políticas eram fonte de constrangimentos no campo literário em formação naquele período.

Otto Lara Resende, o grande cronista mineiro da geração seguinte, captou, a meu ver, muito bem o destino social desse grupo de letrados mineiros:

A rapaziada divertia-se, divertia-se consigo mesma e divertia-se com os outros, sobretudo com os mais velhos, inclusive com os políticos que, com a conhecida astúcia mineira, não demoraram a pescar os estróginas para a vida de funcionários públicos, deles fazendo excelentes oficiais-de-gabinete, austeros pais de família e conspícuos servidores da ordem vigente (LARA RESENDE, 1994, p. 34).

Esta breve exposição traz, *in nuce*, as questões históricas e sociológicas envolvidas na pesquisa do significado da atuação literária e política da primeira geração modernista de Minas: o da difícil e lenta formação de um campo literário em Minas Gerais; a impossibilidade de viver da literatura, dos lucros auferidos com a



publicação e venda de seus escritos, a pressão social exercida no sentido de tratar a literatura como um lazer cultivado, atividade recreativa, um jogo sofisticado e prazeroso mas sem muita importância e praticado de um modo economicamente desinteressado, sem dele esperar retornos materiais; as relações ambíguas e problemáticas entre o campo intelectual e o campo do poder – eis a teia de constrições sociais no interior das quais várias gerações de escritores mineiros buscaram se movimentar.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. “Para os céticos”. In: *A Revista*, edição fac-similar. São Paulo: Metal Leve, 1978.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924-1945*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas: Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. São Paulo: Globo, 2010

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “A Modernidade Possível: Cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais”. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1/ Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Editora Sumaré, 2001

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Modernismo e regionalismo no Brasil: entre inovação e tradição”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, nov. 2011

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CANDIDO, Antonio. “Drummond prosador”. In: *Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

DIAS, Fernando Correia. *O Movimento Modernista em Minas*. Brasília: Editora de Brasília, 1971

DIAS, Fernando Correia. *Líricos & Profetas. Temas da Vida Intelectual*. Brasília: Thesaurus Ed., 1984

DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, 1984, v.II

LAHIRE, Bernard. *La Condition littéraire. La double vie des écrivains*. La Découverte, Laboratoire des sciences sociales, Paris, 2006.

LAHIRE, Bernard. *Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*. La Découverte, Laboratoire des sciences sociales, Paris, 2010.

LARA RESENDE, Otto. *O príncipe e o sabiá e outros perfis*. São Paulo: Companhia das Letras: Instituto Moreira Salles, 1994.

MICELI, Sérgio. “Sociologia do modernismo mineiro”. In: *Teoria & sociedade* (Revista dos Departamentos de Ciência Política e



Sociologia e Antropologia – UFMG), número especial. Belo Horizonte, 2004.

MARQUES, Ivan. *Cenas de um modernismo de província: Drummond e outros rapazes de Belo Horizonte*. São Paulo: Ed. 34, 2011

MARTÍNEZ, Ana Teresa. “Entre el ‘Notable’ y el ‘Intelectual’. Las Virtualidades del Modelo de Campo para Analizar una Sociedad en Transformación (Santiago del Estero 1920-1930)”, *Cuadernos FHyCS-UNJu*, n° 30, 2006, p. 213-231

MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Karl Marx & Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2007

NAVA, Pedro. “Recado de uma geração”. In: *A Revista*, edição fac-similar. São Paulo: Metal Leve, 1978

NAVA, Pedro. *Beira-mar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2003.

PIRES, Aurélio. *Homens e fatos do meu tempo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 (Coleção Brasileira, n° 146).

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

RIBEIRO, Larissa Pinho Alves. *Carlos Drummond de Andrade*. Coleção Encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000

SENNÁ, Homero. *República das Letras: entrevistas com vinte grandes escritores brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

WEBER, Max. “Reflexão intermediária – Teoria dos níveis e direções da rejeição religiosa do mundo”. In: BOTELHO, André (org.). *Essencial sociologia*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

